



ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Sim ao novo mapa, não a obstáculos no acesso aos tribunais

Mudanças no mapa dos tribunais são necessárias? Sim, para o adequar à realidade. Mas é preciso assegurar que o acesso de populações e empresas à Justiça não fique comprometido

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

Apesar do encerramento de 20 tribunais e a transformação de 27 em secções de proximidade, a reforma do mapa judiciário é de aplaudir se servir para acelerar processos e dotar o sistema à realidade económica, social e demográfica actual. É isso que defendem os advogados inquiridos pelo **Negócios**. Os mesmos que, no entanto, esperam ver salvaguardado o acesso dos cidadãos à Justiça.

“Esta é simplesmente a reforma imposta pela troika, para otimizar a gestão de recursos humanos e reduzir os custos de um aparelho judiciário que não justifica a pesada factura que acarreta”, considera Rui Andrade, sócio da firma de advocacia Miranda. Porquê? Porque a justiça portuguesa, diz, é conhecida nacional e internacionalmente pela sua morosidade.

Assegurar uma maior celeridade nas decisões judiciais é, de resto, uma das impressões que Nuno Líbano Monteiro, da PLMJ, espera ver impressas no futuro mapa judiciário. Uma nova organização que, defende Rui Andrade, possa permitir “não só reagrupar e otimizar recursos, mas sobretudo limpar ‘velhos processos’ depositados pelas várias prateleiras dos actuais 311 tribunais”.

Ajustar meios à realidade

Os princípios apresentados pelo Governo como tendo inspirado a reforma, são considerados meritórios por João Duarte Sousa, da Garrigues, que lembra a necessidade de ajustamento da malha dos tribunais à realidade económica, social e demográfica actual. Um raciocínio que o também advogado

Paulo Saragoça da Matta partilha, quando diz que “a estrutura judiciária do País no século XXI não pode ser a mesma que era no século XIX e no século XX, quando não havia Internet, quando os actos se praticavam todos nos tribunais, quando não havia estradas nem auto-estradas como hoje”.

Régina Santos Pereira, sócia da SRS Advogados, permite-se admitir que a reforma do mapa judiciário poderá não ser a que o País precisa, mas entende que há dois vectores desta mudança que podem vir a contribuir para uma justiça mais eficaz para os cidadãos: as jurisdições especializadas e o novo modelo de gestão dos tribunais.

No primeiro caso, conforme explica, porque os agentes da justiça poderão exercer as suas profissões “de forma mais focada”. No segundo, porque “a instalação no mesmo edifício de diferentes tribunais permitirá obter maiores sinergias”.

Nuno Líbano Monteiro também entende que a especialização pode melhorar a Justiça. Por isso diz que “o novo mapa judiciário, ao prever a existência de 390 secções especializadas, constituindo com isso um incremento de mais de 150 novas valências, é um passo positivo.

Minimizar impactos negativos

“Numa reforma do mapa judiciário haverá sempre custos sociais, será impossível satisfazer todos os interesses”, entende João Duarte Sousa. Por isso considera importante “minimizar eventuais impactos negativos junto das populações mais afectadas, promovendo formas de resolução alternativa de litígios e reforçando os Julgados de Paz e serviços de mediação”.

Também Nuno Líbano Monteiro tem tal entendimento. “Ape-

Novo mapa terá 23 comarcas, implicará o encerramento de 20 tribunais e a transformação de 27 em secções de proximidade.

sar de não dever ser a justiça de per si a promover a fixação da população, discordo da forma como foram encerrados tribunais em zonas de tendencial desertificação”, critica, para adiantar que a criação de secções e tribunais especializados poderia perfeitamente ter sido compatibilizada com esta situação.

Rui Andrade receia mesmo que a nova reorganização dos tribunais “afastará geograficamente o cidadão dos tribunais e da Justiça”. Isto porque o novo mapa centraliza o aparelho judiciário em 23 divisões (em vez das actuais 321 comarcas), o que significará para muitos uma aproximação a um sistema mais eficaz, mas para outros tantos cidadãos – e em larga maioria – este novo mapa apenas lhe assegurará secções de instância local e de proximidade.

“A realização de um julgamento poderá agora estar a muitos quilómetros de distância, o que será um factor a ponderar antes de se avançar com um processo para tribunal”, alerta Rui Andrade.



Acumulação de processos | O combate à morosidade das decisões na Justiça é uma das



João Duarte Sousa lembra a necessidade de ajustar a malha dos tribunais à realidade económica.



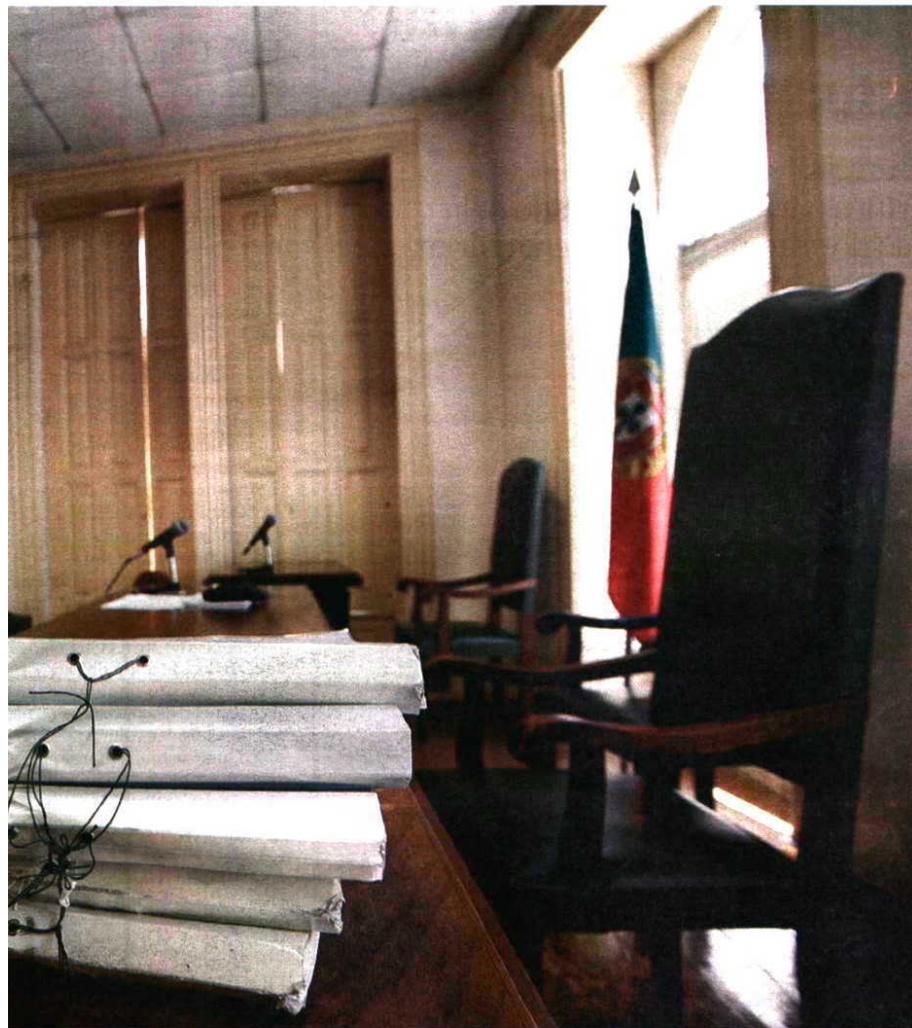
A opção por tribunais especializados é um dos aspectos que Nuno Líbano Monteiro vê como positivos.

Haverá sempre custos sociais, mas importa minimizar impactos negativos junto das populações mais afectadas.

JOÃO DUARTE SOUSA
Sócio da Garrigues

Discordo da forma como foram encerrados tribunais em zonas de tendencial desertificação.

NUNO LÍBANO MONTEIRO
Sócio da PLMJ



Ricardo Castelo

Medidas da nova organização que alguns actores do sistema vêem com bons olhos.

Bastonária diz que a classe está contra

POSITIVO

Especialização é vista como uma boa medida

GESTÃO DOS TRIBUNAIS

Entre os advogados inquiridos pelo Negócios é defendida a aposta na gestão dos tribunais, o que implicará a criação de conselhos de gestão. Sublinham porém que deve estar assegurada a independência dos magistrados, assim como deve salvaguardar-se que a definição de objectivos de trabalho não afecte a qualidade da justiça.

ESPECIALIZAÇÃO DA OFERTA

O aumento da especialização da oferta judiciária, quer na área cível quer na área criminal, é também visto como um ponto positivo. Deve ser acompanhado de formação especializada de todos os agentes judiciários da afectação de mais meios humanos e informáticos. A concentração de tribunais especializados nas 23 sedes de distrito dará à população local melhores condições de acesso à Justiça.

NEGATIVO

Fecho de tribunais pode penalizar populações

QUE ACESSO À JUSTIÇA?

"A realização de um julgamento poderá agora estar a muitos quilómetros de distância". O alerta de Rui Andrade é também uma forma de chamar a atenção para o problema que pode representar o fecho de alguns tribunais sem a instalação de secção de proximidade, conforme avança Regina Santos Pereira. O novo mapa significará para muitos uma aproximação a um sistema mais eficaz, mas para outros tantos cidadãos (e em larga maioria) este novo mapa apenas lhe assegurará secções de instância local e de proximidade, diz Rui Andrade.

COMÉRCIO COM TRÊS JUÍZES

João Duarte Sousa entende que um quadro de apenas três juizes para a secção de Comércio de Lisboa é manifestamente insuficiente, dada a elevada pendência deste tribunal. Este é, por isso, um ponto negativo da reforma.

A bastonária da Ordem dos Advogados (OA), Elina Fraga, considera que a classe está contra o novo mapa judiciário, insistindo que a reforma vai "esvaziar por completo os poucos tribunais que ficam abertos". Em declarações aos jornalistas, no final de uma reunião, segunda-feira à noite, com advogados na sede do Conselho Distrital de Évora, considerou que "a desqualificação e a aposta na especialização vão esvaziar por completo os poucos tribunais que ficam abertos".

"O que resta para os demais tribunais? Tudo fica centralizado na capital de distrito, o que significa que hoje estamos a discutir 20 encerramentos e 27 secções de proximidade e, daqui a um ano, estamos a discutir o encerramento de todos os tribunais com excepção dos que se situam na capital de distrito", disse.

"Estou absolutamente convencida de que a esmagadora maioria dos advogados vai assumir este repúdio contra o mapa judiciário", afirmou Elina Fraga, citada pela Lusa. A bastonária ressaltou que fora da maioria fica "apenas alguma advocacia, mercantilizada e mercantilista, que tem os seus escritórios no Centro de Lisboa, que faz negócios e que não representa o cidadão, mas sim o poder político e que faz

Elina Fraga crítica a centralização do sistema de Justiça nas sedes de distrito.

contratos milionários com o Estado".

O diploma regulamentar da reorganização judiciária prevê o encerramento de 20 tribunais e a conversão de 27 em secções de proximidade, nove das quais com um regime especial que permite realizar julgamento. Segundo a Lei de Organização do Sistema Judiciário, já aprovada em Conselho de Ministros, o País, que tem actualmente 331 tribunais, fica dividido em 23 comarcas, a que correspondem 23 grandes tribunais judiciais, com sede em cada uma das capitais de distrito.



Saragoça da Matta entende que o mapa judiciário tem de adaptar-se às novas exigências.

A estrutura judiciária do País no século XXI não pode ser a mesma de quando não havia Internet.

PAULO SARAGOÇA DA MATTA
Sócio da Saragoça da Matta & Silveiro de Barros



Regina Santos Pereira aplaude a ideia de uma aposta na especialização dos tribunais portugueses.

Não há reforma que "resista" se as pessoas que dela fazem parte não a quiserem.

REGINA SANTOS PEREIRA
Sócia da SRS Advogados



Rui Andrade admite que a mudança poderá ajudar a combater a morosidade da Justiça.

A realização de um julgamento poderá agora estar a muitos quilómetros de distância.

RUI ANDRADE
Sócio da Miranda



Ajustes directos em esquadras afastam director-geral de Miguel Macedo Economia 22 e 23



**Sim ao novo mapa
judicial, não
a obstáculos no
acesso aos tribunais**
Lex 26 e 27